

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

DI.
SIAPRO
LC/CE56/MJ
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Juiz de Direito em exercício
MERO LONGMAN
Esônias
MARGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ene...
Estado Pernambuco
PESSOAS NATURAIS
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt...
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Com esses dois desaparecimentos, começou a se tornar pública uma extensa ofensiva dos órgãos de segurança do regime militar contra o PCB que se alongaria até janeiro de 1976, quando foi morto sob torturas o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho. No cômputo geral dessa investida, que mais tarde receberia o nome de Operação Radar, Operação Marumbi ou Operação Barriga Verde, dependendo do estado atingido, centenas de integrantes desse partido foram presos, atingindo uma cifra que a revista *IstoÉ* de 31/03/2004 calculou em 679.

Se até aquele momento a estratégia do regime militar tinha sido exterminar os opositores envolvidos com a resistência armada, o foco central da repressão passaria então a ser o PCB, que sempre se posicionou contra as ações de guerrilha e tinha conseguido preservar uma estrutura partidária que, para o aparelho de repressão, se tornaria uma ameaça caso a distensão de Geisel evoluísse para uma verdadeira abertura política. Tratava-se, pois, de neutralizar o PCB antes da volta à democracia.

Em São Paulo, segundo declarações do ex-agente Marival Chaves à matéria já citada da revista *IstoÉ*, o comando da operação encarregada de aniquilar o PCB ficou a cargo do chefe do DOI, coronel Aldir dos Santos Maciel, codinome 'Dr. Silva'. Diz a reportagem, citando explicitamente o papel do coronel reformado José Brant Teixeira:

"Narradas por Marival, as histórias dos doutores do CIE parecem não ter fim. Em 1974, quando trabalhava em São Paulo, ele diz ter visto o coronel Brant chegar ao DOI-Codi com os dirigentes comunistas José Roman e David Capistrano, presos quando tentavam regressar ao Brasil pela fronteira do Uruguai. Segundo ele, ambos foram transferidos para a Casa de Petrópolis, onde morreram assassinados. Em 1977, quando servia no Batalhão de Infantaria de Selva, Marival diz ter deparado novamente com Brant, que se dirigia ao Araguaia numa operação de controle para evitar a localização dos corpos dos guerrilheiros do PCdoB. Em 1981, a Operação Limpeza foi reforçada com a transferência de André Pereira Leite Filho, o Doutor Edgar, oficial do DOI-Codi de São Paulo, para o CIE de Brasília. Ele integrava a tropa de choque de Aldir Santos Maciel, que eliminou oito dirigentes do Comitê Central do PCB".

José Roman era nascido na capital paulista, filho de espanhóis, operário metalúrgico e, desde 1950, participava ativamente do sindicato e das lutas da categoria junto com sua esposa, Lídia Pratavieira Roman. Tiveram dois filhos. Em 1952, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar no Partido Comunista. Em 1966, a família retornaria a São Paulo. Quando de seu desaparecimento, trabalhava como corretor de imóveis num esquema operacional do PCB.

Em 19/03/1974, Lídia recebeu um telegrama assinado por José Roman e informando que sua viagem para buscar David Capistrano no Uruguai tinha sido bem sucedida e que estava voltando. No dia 21 de março, José Luiz, filho de José Roman, recebeu um telefonema informando que o pai estava preso e que a família deveria providenciar um advogado. À época, o advogado Aldo Lins e Silva impetrou *habeas-corpus*, que foi negado. Lídia registrou queixa sobre o desaparecimento na delegacia policial do Itaim Bibi, em São Paulo, e fez buscas em diversos órgãos de segurança, mas não obteve qualquer informação sobre o paradeiro do marido.

David Capistrano nasceu na localidade de Jacampari, distrito de Boa Viagem, município de Quixeramobim, no Ceará, em 16/11/1913. O pai era um pequeno proprietário rural. Aos 13 anos, David mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu aos cuidados de um tio materno. Sem condições de estudar, trabalhou em bares e botequins até a idade de servir ao Exército, em 1931. Conheceu nesse ano o tenente Ivan Ribeiro, que começou a lhe entregar material do Partido Comunista. Em 1935, participou do levante da ANL como sargento da Aeronáutica, atacando o Regimento de Aviação de Realengo. Foi preso e levado para o presídio da Ilha Grande, sendo condenado a sete anos de prisão. Em 1936, fugiu a nado pelo canal que separa a ilha do continente. Viajou então para o Uruguai, onde sobreviveu como mecânico de automóveis.

Em meados de 1936 foi para a Europa e lutou na Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais, até que elas fossem desmobilizadas em 1938. Foi então para a França, onde lutou como *partisan* na Resistência contra a ocupação nazista. Preso em um campo de concentração alemão durante oito meses, foi poupado da execução por não ser francês. Libertado, pesando apenas 35 quilos, recuperou-se e retornou ao Uruguai em 1941.

Entrou no território brasileiro e foi preso em setembro de 1942. Anistiado em 1945, fixou residência em Recife e se engajou abertamente nas atividades do PCB, integrando o seu Comitê Central a partir de 1946. Em 1947 foi o mais votado dos deputados estaduais consti-

Neide morreu em 07/01/1976, entre dois acontecimentos políticos que marcaram a história do Brasil e abalaram o anunciado processo de abertura política. As mortes de Vladimir Herzog, em 25/10/1975, e a de Manoel Fiel Filho, em 17/01/1976, que provocou a demissão do comandante do II Exército, expuseram uma grave crise interna no regime militar. Aparentemente, o poder central perdia o controle sobre o que ocorria nos porões da tortura.

Luís Francisco argumentou que a conjuntura política e a crescente mobilização da sociedade civil não aconselhavam mais o puro e simples desaparecimento do preso político. Era preciso uma roupagem formal para a morte. As autoridades militares sabiam que uma repetição do caso Herzog seria intolerável. *“Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?”*, indagou em seu parecer.

Os indícios, em seu conjunto, formaram a convicção do relator. Não foram encontrados os documentos que são obrigatoriamente produzidos em casos assim, como Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial, fichas clínicas de atendimento, notícias de jornal, indício de que a ocorrência envolvendo Neide Alves dos Santos foi ocultada deliberadamente por agentes do poder público.

Após um ano de insistência, a CEMDP recebeu da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo cópia do exame necroscópico e duas requisições de exame ao IML. O laudo, assinado por Pérsio José Ribeiro Carneiro, é sucinto o suficiente para despertar suspeitas, já que Neide morrera por queimaduras em cerca de 70% do corpo. Uma das requisições de exame é genérica e pede a remoção do corpo do Hospital do Tatuapé. A outra define o caminho a ser dado ao corpo: contém o sinal que identificava os militantes políticos – a letra T.

Luís Francisco concluiu: *“ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar”*. O processo de Neide foi aprovado por unanimidade, com a reconsideração do voto contrário apresentado inicialmente por Paulo Gustavo Gonet Branco.



MANOEL FIEL FILHO (1927 – 1976)

Número do processo: 309

Filiação: Margarida Maria Lima e Manoel Fiel Lima

Data e local de nascimento: 07/01/1927, Quebrangulo (AL)

Organização política: PCB

Data e local da morte: 17/01/1976, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gonet Branco

Deferido em: 30/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/06/1996

Essa morte ficou registrada na história do regime ditatorial em estreita conexão com a de Vladimir Herzog. Aquela provocou grande repercussão junto à opinião pública brasileira, mas nada alterou na rotina do aparelho de segurança. A morte de Fiel, tendo ocorrido durante o recesso parlamentar e as férias universitárias, gerou noticiário mais discreto e, no entanto, produziu abalos na estrutura do regime militar. Reagindo a mais um suicídio forjado, o presidente Ernesto Geisel exonerou o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, e tirou da chefia do CIE o general Confúcio Danton de Paula Avelino, abrindo guerra aberta contra o seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que seria também demitido no ano seguinte.

Alagoano de Quebrangulo, terra natal também de Graciliano Ramos, Manoel Fiel vivia na capital paulista desde os anos 50. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, trabalhando como prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, há 19 anos. Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, tinha duas filhas, e morava num sobrado na Vila Guarani.

Acusado por outro preso político torturado de receber alguns exemplares do jornal Voz Operária, do PCB, foi preso na fábrica, em 16/01/1976, às 12h, por dois agentes do DOI-CODI paulista. No dia seguinte, uma nota oficial informou que Fiel Filho havia se enforcado na cela com as próprias meias. Ocorre que, quando detido, ele usava chinelos sem meias, de acordo com depoimentos dos colegas de trabalho.

Quando os parentes conseguiram a liberação do cadáver para ser enterrado no cemitério da Quarta Parada, verificou-se que o corpo apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio.

O II Exército divulgou nota com o seguinte teor: *"O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército".* O coronel Murilo Alexander – lembra Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* – era o mesmo oficial que tinha levado o cadáver de Chael Charles Schreier ao Hospital do Exército, no Rio, em 22/11/1969, tentando dissimular aquela morte sob torturas, sendo também apontado como um dos autores de inúmeros atentados terroristas de direita ocorridos em 1968.

O IPM foi concluído no prazo previsto de 30 dias. O procurador militar Darcy de Araújo Rebello, no parecer, datado de 28/04/1976, pediu o arquivamento do processo alegando que: *"As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. (...) Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar".*

Os companheiros de fábrica de Manoel Fiel publicaram uma nota, por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde relatam com detalhes o ocorrido. *"Manoel Fiel, no dia 16/01/1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho. Diante de sua mulher – Tereza de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou. No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: 'O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas.' Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário. Sua mulher então começou a gritar: 'Vocês o mataram! Vocês o mataram!'"*

O relato prossegue: *"Naquela trágica noite, os parentes que foram até o IML tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8h da manhã, ele foi sepultado. Obrigadas ao silêncio, a viúva e as filhas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo".* Os operários mostravam-se inconformados e pediam justiça: *"(...) Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo 'suicídio'. Logo depois, o processo foi arquivado. Dois anos se passaram em silêncio. Até que se pode provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedía aos seus torturadores: 'Pelo amor de Deus, não me matem'. Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio".*

Em 1978, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, então integrada por José Carlos Dias, José Gregori, Margarida Genevois, Hélio Bicudo, dentre outros defensores dos Direitos Humanos, tomou depoimentos dos presos políticos que presenciaram as torturas do operário. Em 1980, foi lançado o livro *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?*, de Carlos Alberto Luppi, pela Editora Escrita. No IPM, a família do operário foi representada pelo advogado Belisário dos Santos Junior, que em 2001 passaria a fazer parte da CEMDP, sendo hoje o seu mais antigo integrante. Ação cível proposta contra a União Federal e patrocinada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Samuel Mac Dowell Figueiredo e Sérgio Bermudes, após vários anos de tramitação na Justiça Federal, foi julgada procedente em 1995, com a condenação da União e o reconhecimento de sua responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho.

A notoriedade do caso determinou a aprovação unânime pelos membros da CEMDP, sem qualquer controvérsia. A própria exoneração do comandante do II Exército tinha equivalido ao expresso reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte sob torturas de mais um opositor político do regime militar. Na contagem de Elio Gaspari, no livro citado, *"Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel das Costas, com as meias, sem vão livre"*.



FRANCISCO TENÓRIO CERQUEIRA JÚNIOR

Número do processo: 074/02

Filiação: Alcinda Tenório Cerqueira e Francisco Tenório Cerqueira

Data e local de nascimento: 04/07/1940, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 18/03/1976, Buenos Aires, Argentina

Relator: André Sabóia Martins e Márcia Ramos

Deferido em: 16/02/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/2006

Francisco Tenório Cerqueira Junior, pianista carioca conhecido como Tenorinho, acompanhava Vinícius de Moraes e Toquinho num circuito de apresentações no Uruguai e Argentina, quando desapareceu em Buenos Aires, em 18/03/1976. Após o show no teatro Grand Rex, deixou seu quarto no Hotel Normandie em busca de uma farmácia e querendo comprar cigarros. Nunca mais foi visto. Quando constataram que ele não tinha retornado ao hotel, Vinícius, Toquinho e amigos como o poeta Ferreira Gullar, que vivia naquele país, mobilizaram-se imediatamente. Procuraram em hospitais e delegacias, buscando também ajuda na embaixada do Brasil. O governo brasileiro informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que estava fazendo o possível para localizar o pianista.

Vinicius de Moraes, que foi diplomata até ser exonerado em 1968 pelo AI-5 (sendo readmitido e homenageado, *post mortem*, em 2006), entrou com pedido de *habeas-corporis* no Judiciário argentino, mas o resultado foi negativo. Tenorinho foi tragado pela escalada do terror de Estado que o país vizinho vivia exatamente naqueles dias. O golpe militar que depôs Isabel Perón só ocorreria em 24 de março, quando o pianista estava preso há uma semana. Mas a Operação Condor já tinha sido lançada e a Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) seqüestrava, torturava e matava em plena cooperação com os órgãos de segurança argentinos, mesmo antes do afastamento definitivo de Isabelita. A única pista colhida já no primeiro após o desaparecimento é que tinha ocorrido uma grande blitz na área durante aquela madrugada, com muitas prisões de suspeitos.

Tenorinho era um músico desconhecido do grande público brasileiro, mas muito respeitado por seus colegas. Elis Regina foi uma das artistas que se envolveu diretamente na busca de notícias, dedicando um de seus discos *"À ausência de Tenório"*. Em 1979, ainda acreditava que Tenorinho estivesse vivo e pretendia viajar a Buenos Aires para tentar localizá-lo. Tenorinho era casado com Carmem e tinha quatro filhos. A maior tinha oito anos, o caçula três. Carmem estava grávida e o quinto filho nasceu um mês depois do desaparecimento do pai. Começou sua carreira de músico aos 15 anos, tocando acordeom e violão antes de dedicar-se ao piano. Cresceu em Laranjeiras, estudou no Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria no Catete, e ingressou na Faculdade de Ciências Médicas do Rio, tendo trancado matrícula quando cursava o 3º ano.

Em 1997, foi lançado o livro *O crime contra Tenório – Saga e Martírio de um Gênio do Piano Brasileiro*, de Frederico Mendonça de Oliveira. O autor, guitarrista, conviveu com Tenorinho de 1974 a 1976. O livro reconstitui com detalhes os últimos passos do pianista, desde 18/02/1976, quando partiu do Rio de Janeiro para apresentar-se em Montevidéu, Punta del Este e Buenos Aires. As primeiras informações concretas sobre o destino do músico só foram publicadas em 1986, quando um torturador argentino, Cláudio Vallejos, do Serviço de Informação Naval, deu entrevista à revista Senhor, em seu número 270.

Tenório foi preso na avenida Corrientes, considerado suspeito por usar barba, cabelo grande e roupas "diferentes", existindo também a informação de que ele tinha semelhança física com um líder montonero. Foi levado a uma delegacia de polícia e depois transferido para

No período em que militou na AP, exerceu diversas funções e foi responsável pela Secretaria de Organização (1969) e pelo Comitê Político (1971). Em 1972, quando se tornou definitiva a divisão da AP, dirigia o regional Bahia/Sergipe daquela organização. Tinha sido condenado pela Justiça Militar, entre 1969 e 1970, à reclusão, à pena de 14 anos de prisão. Passou a integrar o Comitê Central do PCdoB em 1974. Nos relatórios apresentados pela Marinha e pela Aeronáutica, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que ele foi morto em confronto com agentes de segurança. Os legistas José Gomes Dias e Abeylard Q. Orsini definiram a *causa mortis* do militante como "*traumatismo craniano encefálico*".

Nilmário Miranda, relator dos três casos na CEMDP, apoiou-se em inúmeros documentos anexados ao processo formado na CEMDP, bem como na investigação apresentada em "*Massacre da Lapa*", de Pedro Estevam Pomar, e nos depoimentos de Wladimir Pomar, de Aldo Arantes e do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves para fundamentar sua conclusão de que era falsa a versão policial de atropelamento. Depois disso, uma sentença do Poder Judiciário já responsabilizou a União pela morte desse dirigente do PCdoB no DOI-CODI de São Paulo.

O relator destacou em seu voto que, naquela mesma central de torturas, já haviam morrido, há cerca de um ano, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, fatos que causaram grande impacto e levaram ao afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, substituído pelo general Dilermando Monteiro, tido como da "linha de Geisel". Uma nova morte dentro do DOI teria péssima repercussão e certamente a sociedade brasileira não aceitaria, de forma alguma, a repetição de que teria ocorrido mais um suicídio daquela longa série. Daí a necessidade de recorrer à versão forjada de atropelamento.

O mencionado livro *Massacre da Lapa* traz documentos oficiais do Exército provando que militares e policiais mantinham sob estrita vigilância os comunistas reunidos na casa da Lapa. Estando a região previamente sitiada com enorme aparato, não é plausível que os agentes do Estado não pudessem identificar o automóvel do atropelamento e seu condutor. Além disso, o IPM formado no II Exército para legitimar essa versão concluiu pela ocorrência de morte por atropelamento sem apresentar laudo de perícia ou fotos do ocorrido. O autor do livro esclarece, ainda, com base no depoimento de seu pai, Wladimir, sobrevivente, que Wladimir e João Batista Franco Drumond foram retirados juntos da residência pelo esquema de segurança do PCdoB, sendo deixados em local muito distante do endereço em que teria ocorrido o falso atropelamento. Se a versão oficial fosse verdadeira, Drumond teria perambulado por um longo percurso pelas ruas da cidade, sempre perseguido por agentes militares.

Por último, pesquisas realizadas sobre registros policiais daquela data indicam que não houve ocorrências de atropelamento. O advogado da família, Luiz Eduardo Greenhalg, também percorreu prontos-socorros sem nada encontrar. E ainda, no pedido de exame de corpo de delito, consta a sigla DOPS, órgão policial onde também eram interrogados e torturados os presos políticos. Todos esses elementos convergiram para que o requerimento fosse acolhido por unanimidade na CEMDP, o que não se repetiu no tocante aos outros dois dirigentes mortos, cujas votações foram por 4 a 3 e 5 a 2.

Paraense de Óbidos, Pedro Pomar era filho de um pintor e escritor peruano, Felipe Cossio Pomar, que no final dos anos 1920 esteve ao lado de Haya de la Torre na fundação da APRA - Aliança Popular Revolucionária Americana. A mãe, Rosa, era maranhense. Em 1918, quando Pedro tinha cinco anos, a família mudou-se para Nova Iorque. Um ano depois, o casal se separou e Rosa retornou a Óbidos, onde se encarregou de criar os filhos Pedro, Roman e Eduardo, trabalhando como costureira. Com 13 anos, Pedro saiu de Óbidos para fazer o ginásio em Belém, onde se envolveu na movimentação política dos anos 30. Em setembro de 1932 participou da organização de um levante armado em apoio aos constitucionalistas de São Paulo. Neutralizada a revolta, passou algum tempo no Rio de Janeiro e depois retornou a Belém, onde concluiu o ginásio.

Pomar teria sido recrutado para o Partido Comunista pela escritora Eneida de Moraes. Aos 19 anos, jogava futebol na equipe do Remo e começou a cursar Medicina. Casou-se em 05/12/1935 com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos. Disputou suas primeiras eleições em 30/11/1935, encabeçando a lista do Partido da Mocidade do Pará, que recebeu apenas 64 votos. Aos 22 anos, em janeiro de 1936, cursando o terceiro ano da faculdade, Pomar foi preso pela primeira vez.

1962, com a criação do PCdoB. Quando esses dois partidos passam a existir como forças independentes, o PCB começa a ser referido regularmente como "pró-soviético", enquanto o PCdoB fica conhecido como "pró-chinês", em virtude do alinhamento assumido no decorrer do conflito sino-soviético.

Em todo esse período o PCB aparece como um partido que defende um programa de transformações democrático-burguesas, tendentes a desenvolver um capitalismo nacional que é visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. A revolução brasileira é caracterizada assim como nacional, democrática, anti-oligárquica e anti-imperialista. Estrategicamente, apesar de formulações esporádicas apontando a necessidade de se organizar a violência revolucionária das massas como passo necessário da luta popular, a linha seguida pelo PCB no início dos anos 60, defende cada vez mais claramente uma estratégia de transição pacífica. Na esfera tática, a ação do PCB guarda coerência com os pressupostos de seu programa e de sua estratégia: aliança com a burguesia nacional na defesa de medidas protecionistas e nacionalizantes e apoio à campanha pelas "Reformas de Base", o que se fortalece com a posse João Goulart. Por fim, uma condenação resoluta dos grupos trotskistas, maoístas, brizolistas e da esquerda cristã, que propunham uma linha de ação mais agressiva naquela etapa da vida nacional.

Em 1964 o PCB não acreditava na possibilidade de uma ação vitoriosa da direita, como muitos já temiam. O Secretário Geral do partido, Luís Carlos Prestes, chegava a se pronunciar publicamente sobre tal questão, nas vésperas da deposição de Goulart afirmando que se a direita ousasse atacar a legalidade constitucional teria sua cabeça decepada. Surpreendido, portanto, pelo golpe militar de abril, o PCB sofre seriamente com a repressão. Inúmeros dirigentes são presos e torturados. É desmantelado pela repressão o aparelho sindical estruturado nas últimas décadas; intelectuais vinculados ao partido são fustigados, hostilizados, demitidos de funções públicas e processados em todos o país; forjam-se em todos os estados os famosos "IPMs da Subversão" (Inquéritos Policiais Militares), que atribuem ao PCB a responsabilidade por tudo que existiu de apoio ao governo deposto.

Superado o primeiro momento do vendaval repressivo, o PCB dedica-se a inventariar as razões da derrota, em novas condições de clandestinidade rigorosa. Polariza-se agudamente o debate. É provável que a maior parte dos organismos de base e intermediários do partido tenham uma leitura da derrota como o resultado de uma linha equivocadamente conciliadora. A direção do PCB

também se divide na avaliação. Um setor expressivo, com nomes de porte de Carlos Marighella, Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e a maioria dos dirigentes mais jovens alinha-se mais ou menos em torno de tal análise autocrítica. Prestes, no entanto, será a figura mais forte do grupo de dirigentes que esgrimam argumentos opostos: os erros do partido tinham se dado "pela esquerda", houve precipitação extremista e aventureirismo, era necessária uma linha de maior moderação e avanços lentos para bloquear a reação da direita.

Decide-se encaminhar a preparação do 6º Congresso do partido – como fórum soberano para unificar a avaliação. As teses preparatórias ao Congresso, baixadas à base, carregadas da segunda avaliação e reafirmando a linha anterior do PCB como a única correta, despertam forte reação contrária. Desencadeia-se um processo de luta interna que, mais uma vez, culminaria em medidas disciplinares de destituição, punições e expulsões, acusações mútuas de divisionismo e abandono do marxismo, golpismo e outros desvios condenáveis que culminaria à luz das concepções comunistas.

Quando, em dezembro de 1967 é realizado o 6º Congresso, os dissidentes já estavam expulsos e só comparecem os aliados de Luís Carlos Prestes. As resoluções do 6º Congresso sacramentam as posições dos que se agruparam em trono de Prestes na condenação do caminho armado e na realização da linha anterior a 64, em todos os seus aspectos básicos. Naquele momento já estavam sedo constituídas, como organizações independentes, as várias dissidências. Comum a maioria das organizações dissidentes será o projeto de passar-se imediatamente à preparação da luta armada guerrilheira, na esteira da maré que varria toda a América Latina após o impacto da Revolução Cubana.

O PCB condena publicamente a luta armada, combate a campanha pelo voto nulo, encetada por todo o resto da esquerda em 1970 e defende a necessidade de manter uma atividade recuada e defensiva durante a escalada repressiva que se seguiu ao AI-5. Reitera seu programa democrático-burguês, sua estratégia de transição pacífica ao socialismo e renova sua tática de avançar sempre amparado nos conceitos de moderação, cautela, flexibilidade e habilidade política. Situando-se à margem da luta armada desencadeada por outros grupos entre 1968 e 1974, o PCB ficará relativamente resguardado da repressão seletiva que o novo aparelho de segurança do Regime Militar dirige, num primeiro momento, prioritariamente contra os grupos guerrilheiros. Paradoxalmente, portanto, é no curso dos anos mais duros da repressão pós-64, que o PCB conseguirá reconstruir parcialmente seu aparelho partidário.